



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria do Trabalho no Município de ARARAQUARA

R. Padre Duarte, 151, 18º andar - Edifício América, Jardim Nova América, ARARAQUARA/SP, CEP 14800-360 - Fone (16)31900505

IC 000436.2025.15.003/6

INQUIRIDO(A): MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

DESPACHO

À vista das declarações do inquirido nos autos, e das informações prestadas pela testemunha, concluo provado que a ambulância que se exigiu que o trabalhador conduzisse para transporte de paciente não atendia à ordem médica expedida, muito embora o ente público possuísse ambulâncias (pelo menos quatro) com as características necessárias, veículos que, inexplicavelmente, não foram usados.

A conduta apresenta contornos de acentuada gravidade, eis que:

1) Outro motorista foi efetivamente obrigado, no lugar da testemunha, a conduzir a paciente em condições inseguras, contrárias à ordem médica expedida, gerando risco de contaminação de tal trabalhador, o qual seria evitado se a ordem médica tivesse sido observada;

2) O trabalhador que se recusou, no legítimo exercício do direito de recusa consignado na Norma Regulamentadora n. 01 do MTE ("1.4.3 O trabalhador pode interromper suas atividades quando constatar uma situação de trabalho onde, a seu ver, por motivos razoáveis, envolva um risco grave e iminente para a sua vida ou saúde, informando imediatamente ao seu superior hierárquico"), foi ilegal e abusivamente punido por isso com uma transferência forçada, como confessado pelo Município nos autos: *"Segundo relato de sua chefia imediata, Srª Nilce Tacão, Chefe de Divisão do Transporte da Secretaria Municipal de Saúde, o processo de transferência aconteceu devido ao Servidor apresentar comportamento prejudicial ao bom andamento do serviço, culminando com a negativa de transportar uma paciente, acompanhada por familiar, pois havia na solicitação observação médica (anexo) , relatando tratar-se de uma paciente com insuficiência renal associada a problema respiratórios, sugerindo doença infecciocontagiosa a ser investigada."*

3) Inquestionável, à vista do relatado, o descumprimento de outros dispositivos da NR-01, em especial: "1.4.3.1 O empregador não pode exigir o retorno dos trabalhadores à atividade enquanto não sejam adotadas as medidas corretivas da situação de grave e iminente risco para sua vida ou saúde. 1.4.3.2 O trabalhador deve ser protegido de consequências injustificadas, em decorrência da interrupção prevista no caput do item 1.4.3 desta NR."

Diante do exposto, e sem prejuízo de outras providências inibitórias, a serem discutidas posteriormente nos autos, intime-se o Município para que reverta a transferência do servidor José Roberto Dias Torres, confessadamente punido por exercer direito assegurado pela legislação, desde que, naturalmente, tal retorno à unidade ainda seja do interesse do trabalhador, o qual haverá de ser indagado a respeito em condições rigorosamente livres de qualquer pressão ou imposição, no prazo de 10 dias.

Alerta-se o Município que, na eventualidade de recusa à regularização parcial ora apontada, será desde logo ajuizada ação civil pública, abrangendo todo o objeto do inquérito.

Dê-se ciência deste despacho, também, ao Sismar. Junte-se ainda cópia do despacho ao novo IC em tramitação em que se apura a prática de assédio moral pelo Município.

ARARAQUARA, 18 de setembro de 2025

RAFAEL DE ARAÚJO GOMES
PROCURADOR DO TRABALHO

The first part of the paper discusses the importance of understanding the underlying mechanisms of the observed phenomena. This is followed by a detailed description of the experimental setup and the data collection process. The results of the experiments are then presented, showing a clear trend that supports the hypothesis. Finally, the paper concludes with a summary of the findings and suggestions for future research.

The second part of the paper focuses on the theoretical aspects of the problem. It starts with a review of the existing literature and then presents a new model that explains the observed results. The model is then tested against the experimental data, showing a good fit.

The third part of the paper discusses the implications of the findings for practice. It highlights the key factors that influence the outcome and provides recommendations for how to optimize the process. The paper also includes a discussion of the limitations of the study and the need for further research.

References

1. Smith, J. D. (2010). The effects of temperature on the rate of reaction. *Journal of Chemical Education*, 87(1), 12-18.
2. Jones, A. B. (2011). The influence of concentration on the equilibrium constant. *Chemical Reviews*, 111(5), 2345-2360.